

Fredie Didier Jr.
Leandro Fernandez

Introdução à **JUSTIÇA** **MULTIPORTAS**

Sistema de solução de
problemas jurídicos
e o perfil do acesso à
Justiça no Brasil

2024

 EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

Apresentação	23
Nota dos autores à primeira edição	27
PARTE I INTRODUÇÃO	
Capítulo 1 ► Noções fundamentais	39
1. Teorias sobre os sistemas de justiça	39
2. Três conceitos fundamentais: justiça, portas de acesso à justiça e problema jurídico	41
3. Administração judiciária e administração da justiça	43
4. O sistema multiportas. A necessidade de reconstrução da ideia dos anos 70 do século XX: do átrio para a praça	44
5. A inserção deste tema no objeto de preocupação dos processualistas	46
Capítulo 2 ► Panorama histórico	49
1. Generalidades	49
2. Atos normativos gerais	50
3. Decisões do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral	84
4. Diretrizes jurisprudenciais do sistema de justiça multiportas: sistematização da visão do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça	109
Capítulo 3 ► Características do sistema brasileiro de justiça multiportas	113
1. Introdução	113
2. Auto-organização: construção paulatina, progressiva e sem planejamento	114
2.1. Introdução	114
2.2. A interação entre sujeitos integrantes do sistema de justiça multiportas	117
2.3. O Conselho Nacional de Justiça no sistema brasileiro de justiça multiportas	117
3. Abertura	118
3.1. Sujeitos	118
3.2. Abrangência de todos os modos de solução de problemas jurídicos	121
3.3. Portas	122
3.4. Fontes	125

3.5.	Formas processuais.....	126
3.6.	Conclusão parcial: sistema brasileiro de justiça multiportas como um <i>ever-expanding system</i>	127
4.	Preferência pela solução consensual (§§ 2º e 3º do art. 3º do CPC).....	128
5.	Adoção do modo adequado para a solução do problema jurídico.....	132
5.1.	Generalidades.....	132
5.2.	A teoria das capacidades institucionais.....	133
5.2.1.	Generalidades.....	133
5.2.2.	O papel da deferência judicial em matérias políticas e técnicas.....	138
5.2.3.	A não decisão pelo Poder Judiciário.....	140
5.3.	A dinamicidade do juízo de adequação.....	142
5.4.	A adequação de acordo com os sujeitos envolvidos no processo. A situação dos grupos vulneráveis.....	144
5.5.	O controle da adequação.....	144
6.	Integração.....	148
6.1.	Generalidades. O CPC como diploma normativo central de organização do sistema brasileiro de justiça multiportas.....	148
6.2.	Interação indireta.....	149
6.3.	Interação direta: sem coordenação ou com coordenação.....	151
6.4.	Repercussões do caráter integrado do sistema sobre o regime jurídico aplicável aos sujeitos que nele atuam.....	156

PARTE II

MODOS DE SOLUÇÃO DE PROBLEMAS JURÍDICOS

Capítulo 4 ▶ Soluções consensuais	163
1. Generalidades.....	163
2. Negociação direta.....	165
2.1. Generalidades.....	165
2.2. <i>Collaborative law</i>	166
3. Com a participação de terceiro.....	168
3.1. Conciliação e mediação.....	168
3.1.1. Distinções e semelhanças.....	168
3.1.2. Normas que regem a conciliação e a mediação.....	170
3.1.3. Centro de solução de conflitos.....	173
3.1.4. Sistema Informatizado para a Resolução de Conflitos por meio da Conciliação e Mediação – SIREC.....	174
3.2. Avaliação imparcial de terceiro.....	176
3.3. Justiça restaurativa.....	177
4. Negócios de certificação.....	179
5. A consensualidade e o Direito Público.....	180
5.1. Generalidades.....	180

5.2. Objeto do problema jurídico.....	182
5.3. Modo de solução do problema jurídico.....	183
5.4. Aplicação de sanções administrativas.....	184
Capítulo 5 ► Heterocomposição.....	187
1. Generalidades.....	187
2. Algumas palavras sobre heterocomposição e jurisdição.....	188
3. Motivação.....	189
4. Heterocomposição e respeito aos precedentes no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	193
4.1. Generalidades.....	193
4.2. Deveres previstos no art. 926 do Código de Processo Civil.....	194
4.2.1. Dever de uniformização da jurisprudência.....	194
4.2.2. Dever de coerência.....	194
4.2.3. Dever de integridade.....	196
4.3. O sistema brasileiro de precedentes administrativos obrigatórios.....	198
4.4. Perspectiva externa.....	203
4.4.1. Generalidades e o dever de consultar.....	203
4.4.2. Arbitragem e precedentes judiciais.....	204
5. Imparcialidade.....	206
5.1. Generalidades.....	206
5.2. O dever geral de imparcialidade e a tutela da aparência de imparcialidade.....	207
5.3. Comentários específicos sobre a imparcialidade na arbitragem.....	210
Capítulo 6 ► Autotutela.....	213
1. Conceito.....	213
2. A reabilitação da autotutela e sua compreensão como porta de acesso à justiça.....	214
3. Abrangência e natureza jurídica da autotutela.....	215
4. A autotutela na legislação brasileira.....	219
5. Modalidades de autotutela.....	223
6. Autotutela de origem convencional.....	226
7. A autotutela administrativa: aspectos processuais.....	231
7.1. Autoexecutoriedade e interesse de agir.....	231
7.2. Anulação dos próprios atos.....	233
7.2.1. Autotutela administrativa e devido processo.....	233
7.2.2. Consideração das consequências práticas da decisão.....	234
7.2.3. Preservação da estabilidade, integridade e coerência.....	235
Capítulo 7 ► Execução extrajudicial.....	237
1. Introdução.....	237
2. Execução extrajudicial e autotutela.....	239
3. Modalidades de desjudicialização da execução.....	240

4.	A figura do agente de execução.....	242
5.	O contrato de administração fiduciária de garantias. O agente de garantia e a execução extrajudicial.....	244
6.	Panorama legislativo	245
6.1.	Execução hipotecária (a Lei n. 14.711/2023 e a revogação da disciplina prevista no Decreto-Lei n. 70/1966).....	245
6.1.1.	O Decreto-Lei n. 70/1966.....	245
6.1.2.	Execução hipotecária na Lei n. 14.711/2023 (Marco Legal das Garantias).	247
6.2.	Execução do contrato de alienação fiduciária de imóvel (Lei n. 9.514/1997)	249
6.3.	Execução do contrato de alienação fiduciária de bem móvel (Decreto-Lei n. 911/1969)	253
6.4.	Adjudicação compulsória extrajudicial.....	256
6.5.	Conclusões parciais.....	258
7.	Propostas legislativas.....	258
7.1.	Generalidades	258
7.2.	Experimentos jurídicos de regulação e execução extrajudicial.....	261
8.	Desjudicialização da execução independentemente de modificação legislativa	264
8.1.	Cooperação interinstitucional.....	264
8.2.	Execução extrajudicial convencional.....	265
8.2.1.	Generalidades	265
8.2.2.	<i>Smart contracts</i> e execução extrajudicial convencional.....	266
9.	Conclusão: a execução sob a perspectiva da justiça multiportas.....	266

PARTE III

NORMAS E INSTITUTOS FUNDAMENTAIS

Capítulo 8 ▶ Acesso à justiça e inafastabilidade da jurisdição.....	273
1. Acesso à justiça em um sistema de justiça multiportas.....	273
2. Diretrizes para a compreensão do novo conteúdo dogmático do acesso à justiça	277
2.1. Pluralidade de instâncias (estatais ou não)	278
2.2. O direito de informação.....	278
2.3. Observância dos direitos processuais fundamentais.....	279
2.4. A análise de capacidades institucionais.....	279
2.5. O exame de adequação.....	279
2.6. O juízo referencial.....	280
3. Acesso à justiça sob a perspectiva do juízo de adequação e o papel do Poder Judiciário	281
4. Algumas conclusões sobre o perfil contemporâneo do acesso à justiça no Brasil	286
5. Acesso à justiça e litigância predatória.....	287
6. Acesso à justiça sob a perspectiva das despesas processuais.....	291
6.1. Gratuidade no acesso à justiça	291
6.2. Assistência judiciária	293
6.3. Despesas processuais e estrutura de incentivos ao comportamento no processo	294

6.4. Despesas para a solução de problemas jurídicos e gratuidade em outras portas de acesso à justiça.....	296
6.5. Financiamento processual (<i>third-party funding</i>).....	300
Capítulo 9 ► Devido processo	303
1. Considerações gerais	303
2. Conteúdo	304
3. Devido processo e relações jurídicas privadas	305
4. Devido processo e justiça multiportas.....	307
Capítulo 10 ► Interesse de agir	311
1. Generalidades	311
2. Evolução normativa e jurisprudencial acerca do interesse de agir	312
2.1. Tribunal Europeu de Direitos Humanos e Tribunal de Justiça da União Europeia.....	312
2.2. Panorama normativo e jurisprudencial no Brasil.....	312
2.3. A experiência no Tribunal de Justiça do Maranhão e no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	317
3. A reconstrução do interesse de agir no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	318
3.1. Generalidades	318
3.2. Processo judicial.....	320
3.2.1. Ações constitutivas. O problema das “ações necessárias”.....	320
3.2.2. Ações condenatórias. A questão da tentativa extrajudicial de solução do problema jurídico	322
3.2.3. Ações declaratórias.....	326
3.3. Interesse de agir e outras portas de acesso à justiça.....	326
Capítulo 11 ► Duração razoável do processo	329
1. Generalidades	329
2. Parâmetros para análise da duração razoável do processo	330
3. A duração razoável do processo no ordenamento jurídico brasileiro	330
4. Instrumentos para a concretização do direito à razoável duração do processo judicial.....	335
5. Duração razoável do processo de solução de problemas jurídicos: a ressignificação do art. 5º, LXXVIII, da CF e do art. 4º do CPC no contexto do sistema brasileiro de justiça multiportas.....	336

PARTE IV SUJEITOS E PORTAS

Capítulo 12 ► Poder Judiciário	345
1. Premissas conceituais acerca da organização do Poder Judiciário	345
1.1. Instância.....	345
1.2. Varas e Juizados. Divisões territoriais.....	346
1.3. Tribunais	347
1.4. Núcleos de Justiça 4.0.....	348

1.5.	Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos.....	352
1.6.	Centros de Inteligência	353
2.	Estrutura e competência dos órgãos do Poder Judiciário.....	355
2.1.	Introdução	355
2.2.	Supremo Tribunal Federal.....	355
2.3.	Superior Tribunal de Justiça.....	357
2.4.	Justiça Federal.....	358
2.5.	Justiça Estadual e do Distrito Federal e Territórios.....	360
2.6.	Justiça do Trabalho	360
2.7.	Justiça Eleitoral	361
2.8.	Justiça Militar.....	363
2.9.	Justiça de paz.....	365
3.	O Conselho Nacional de Justiça.....	367
4.	Conselho Superior da Justiça Federal e Conselho Superior da Justiça do Trabalho.....	372
5.	O Poder Judiciário e o tratamento adequado de problemas jurídicos.....	374
Capítulo 13 ► Árbitros, câmaras e tribunais arbitrais.....		377
1.	Generalidades	377
2.	Panorama normativo da arbitragem no Brasil.....	379
3.	Características da arbitragem.....	382
4.	Arbitragem e Poder Público	383
4.1.	Aspectos gerais.....	383
4.2.	Incompatibilidade com a cláusula <i>choice of law</i>	384
4.3.	Preferência pela arbitragem institucional.....	385
4.4.	Objeto.....	386
5.	Interação entre a arbitragem e o Poder Judiciário	388
5.1.	Generalidades	388
5.2.	Cooperação interinstitucional. Carta arbitral.....	390
5.3.	Conflito de competência.....	391
Capítulo 14 ► Câmaras de conciliação e mediação		393
1.	Generalidades	393
2.	Câmaras privadas de conciliação e mediação	393
3.	Câmaras administrativas de mediação e conciliação	394
Capítulo 15 ► Tribunais administrativos.....		397
1.	Generalidades	397
2.	Os tribunais administrativos tributários	399
2.1.	Modelo federativo e diversidade de configuração dos tribunais administrativos tributários.....	399
2.2.	O papel dos tribunais administrativos tributários no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	401

2.3. Julgamento de casos repetitivos no âmbito de tribunais administrativos tributários.....	403
3. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).....	404
3.1. Generalidades.....	404
3.2. Tribunal Administrativo de Defesa Econômica.....	405
3.2.1. Estrutura e composição.....	405
3.2.2. Competência.....	406
3.3. Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.....	408
3.4. Autocomposição no Conselho Administrativo de Defesa Econômica.....	409
4. Tribunal Marítimo.....	410
Capítulo 16 ► Tribunais de Contas.....	413
1. Generalidades.....	413
2. A posição dos Tribunais de Contas no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	414
3. O processo de controle.....	416
3.1. Generalidades.....	416
3.2. Consensualidade e controle externo.....	417
4. Consulta aos Tribunais de Contas.....	418
Capítulo 17 ► Portas de regulação.....	419
1. Premissas conceituais.....	419
1.1. Regulação.....	419
1.2. Heterorregulação.....	420
1.3. Autorregulação.....	421
1.4. Corregulação.....	423
1.5. <i>Smart regulation</i>	423
2. Agências reguladoras.....	424
2.1. Generalidades.....	424
2.2. Autocomposição.....	425
2.2.1. Estímulo à solução consensual de problemas jurídicos no setor regulado.....	425
2.2.2. <i>Online dispute resolution</i> e agências reguladoras.....	427
2.2.3. Compromisso de ajustamento de conduta.....	428
2.3. Heterocomposição.....	429
2.3.1. O processo decisório nas agências reguladoras. A figura do “arbitramento”.....	429
2.3.2. Arbitragem em setores regulados.....	433
2.4. Interação com outras portas de acesso à justiça.....	434
3. Entidades de autorregulação.....	438
3.1. Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR).....	438
3.2. BSM Supervisão de Mercados.....	440
3.3. Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA.....	444

3.4. Ordem dos Advogados do Brasil e Conselhos profissionais.....	447
3.5. Justiça Desportiva	450
3.6. Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD.....	452
Capítulo 18 ► Ministério Público	455
1. Introdução	455
2. Organização.....	456
3. O Conselho Nacional do Ministério Público	459
4. O Ministério Público no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	461
Capítulo 19 ► Defensoria Pública.....	469
1. Introdução	469
2. Organização.....	469
3. Defensoria Pública, justiça multiportas e acesso à justiça no Brasil.....	471
4. Atuação como <i>amicus curiae</i> e como <i>custos vulnerabilis</i>	474
Capítulo 20 ► Advocacia.....	477
1. O art. 133 da Constituição Federal e a advocacia no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	477
2. A peculiaridade da advocacia para a solução consensual do problema jurídico	479
3. Advocacia pública	481
3.1. Organização.....	481
3.2. A advocacia pública no sistema brasileiro de justiça multiportas	483
Capítulo 21 ► Serventias extrajudiciais	489
1. Os serviços notariais e de registro	489
2. Disciplina normativa das serventias extrajudiciais	491
2.1. Generalidades	491
2.2. O papel do Conselho Nacional de Justiça na regulamentação das serventias extrajudiciais.....	493
3. As serventias notariais e de registro no Código de Processo Civil.....	497
4. As serventias extrajudiciais no sistema de justiça multiportas	499
4.1. Serventias extrajudiciais e acesso à justiça	499
4.2. Conciliação e mediação. Estímulo à solução consensual.....	502
4.2.1. Generalidades	502
4.2.2. Renegociação de dívidas protestadas e proposta de solução negocial prévia ao protesto	503
4.2.3. Negociação alusiva a precatório e a crédito reconhecido em sentença transitada em julgado.....	504
4.3. Cooperação interinstitucional.....	505
4.4. Desjudicialização da execução civil	506

Capítulo 22 ► Dispute boards – comitês de resolução de disputas	509
1. Generalidades.....	509
2. Natureza jurídica.....	511
3. Espécies.....	512
4. Composição do comitê.....	515
5. Interação com o Poder Judiciário ou o juízo arbitral.....	516
6. Contribuições do comitê de resolução de disputas para o processo estrutural.....	517
Capítulo 23 ► Litigantes habituais	521
1. O litigante habitual no sistema brasileiro de justiça.....	521
2. Litigantes habituais e litigantes eventuais.....	522
3. O Poder Público como principal litigante habitual no Brasil.....	525
4. Estratégias de enfrentamento dos efeitos da litigância habitual.....	527
4.1. Visão geral.....	527
4.2. Iniciativas exclusivas do próprio litigante habitual.....	527
4.3. Iniciativas de entes de controle e instituições privadas.....	529
4.4. Iniciativas no âmbito do Poder Judiciário.....	532
4.4.1. Ações coletivas e julgamento de casos repetitivos.....	532
4.4.2. Cooperação judiciária.....	533
4.4.2.1. Centralização de processos repetitivos.....	534
4.4.2.2. Protocolos institucionais com litigantes habituais.....	536
4.4.2.2.1. Generalidades.....	536
4.4.2.2.2. O caso do “Ato Trabalhista”, ou plano especial de pagamento trabalhista, para a centralização de execuções contra entidades desportivas.....	538
4.4.2.2.3. Celebração de protocolos institucionais com litigantes habituais e dever de imparcialidade.....	539
4.4.2.2.4. Protocolos institucionais com entidades responsáveis pela manutenção de ODR’s.....	540
4.4.3. Mutirões de conciliação.....	541
4.4.4. Sistema Informatizado para a Resolução de Conflitos por meio da Conciliação e Mediação – SIREC.....	541
4.4.5. Centros de Inteligência.....	542
4.4.6. Núcleos de Justiça 4.0.....	543
4.4.7. A Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado à Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário no âmbito do Poder Judiciário.....	544
4.4.8. Publicização do comportamento.....	545
Capítulo 24 ► Litigantes vulneráveis	547
1. Generalidades.....	547
2. O Código de Processo Civil e as pessoas vulneráveis.....	548
3. A curatela especial e o dever judicial de zelar pela igualdade processual.....	550

4. Algumas palavras sobre a indisponibilidade do direito e sua relação com os modos adequados de solução de problemas jurídicos	552
5. Pessoas com deficiência	554
6. Crianças e adolescentes.....	556
7. Idosos.....	557
8. Mulheres. O Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero	557
9. População LGBTQIAPN+	559
10. Indígenas.....	560
11. Pessoas em situação de rua	563
12. Excluídos digitais	565
13. Migrantes	566
14. Consumidores.....	567
15. Trabalhadores.....	568

Capítulo 25 ► Outros sujeitos e outras portas 569

1. Introdução	569
2. Poder Legislativo.....	570
2.1. Generalidades	570
2.2. Cassação de mandato.....	571
2.3. Julgamento de crimes de responsabilidade.....	571
3. Controladoria-Geral da União	573
4. Procon	575
5. Conselho Tutelar	576
6. Polícias.....	579
6.1. Generalidades	579
6.2. Mediação e conciliação.....	580
6.3. Concessão de medidas protetivas em casos de violência doméstica ou familiar....	582
6.4. Colaboração premiada	584
6.5. Conclusões.....	585
7. Escritórios de prática jurídica	585
8. Tribunais eclesiais	587
9. Tribunais consuetudinários e povos tradicionais	588
10. Associações, condomínios e grupos sociais	590

PARTE V

ALGUNS SUBSISTEMAS DE JUSTIÇA MULTIORTAS

Capítulo 26 ► Justiça constitucional multiortas 597

1. A figura do guardião da Constituição	597
2. Manifestações do sistema de justiça multiortas na jurisdição constitucional	599
2.1. Premissa: interferências recíprocas entre o sistema de justiça multiortas e a jurisdição constitucional.....	599

2.2.	Primeiro vetor: da justiça multiportas à jurisdição constitucional.....	599
2.3.	Segundo vetor: da jurisdição constitucional à justiça multiportas. O papel da jurisdição constitucional na construção do sistema	600
3.	Processos constitucionais e autocomposição.....	601
3.1.	A promoção da solução consensual dos problemas jurídicos no âmbito da jurisdição constitucional	601
3.2.	Exemplos.....	604
4.	Deferência judicial, diálogo institucional e juízo de capacidades institucionais na jurisdição constitucional	609
4.1.	Generalidades	609
4.2.	Exemplos.....	610
Capítulo 27	► Justiça eleitoral multiportas	613
1.	Introdução.....	613
2.	Compromisso de ajustamento de conduta em matéria eleitoral.....	613
3.	A Resolução n. 23.478/2016 do Tribunal Superior Eleitoral e a autocomposição eleitoral.....	616
Capítulo 28	► Justiça trabalhista multiportas.....	621
1.	Introdução.....	621
2.	A interação entre o Processo Civil e o Processo do Trabalho.....	621
3.	A autocomposição na solução de problemas jurídicos trabalhistas.....	630
3.1.	Generalidades	630
3.2.	Autocomposição coletiva.....	631
3.3.	Autocomposição coletiva e o Supremo Tribunal Federal	633
3.4.	Autocomposição individual	636
3.5.	Negócios processuais na Justiça do Trabalho.....	642
4.	Arbitragem	643
5.	Autotutela.....	646
Capítulo 29	► Justiça penal multiportas	647
1.	Introdução.....	647
2.	A interação entre o Processo Civil e o Processo Penal.....	650
3.	A adoção do modo adequado para a solução do problema jurídico em âmbito penal	652
4.	O autorregramento da vontade no âmbito penal. Negócios jurídicos na justiça penal	656
5.	Panorama normativo da consensualidade no Processo Penal.....	662
6.	Institutos relevantes na justiça penal multiportas.....	667
6.1.	Transação penal nos Juizados Especiais	667
6.2.	Suspensão condicional do processo.....	668
6.3.	Colaboração premiada.....	669
6.4.	Acordo de leniência.....	672
6.5.	Acordo de não-persecução penal.....	674
6.6.	Mediação e conciliação em delegacias de polícia	676
6.7.	Concessão de medidas protetivas por autoridade policial	676

7. Aplicação de sanções por povos tradicionais.....	677
8. Autotutela: a legítima defesa. O art. 345 do Código Penal	677

PARTE VI CATALISADORES

Capítulo 30 ► Cooperação judiciária e outros mecanismos de articulação institucional.....	683
1. Cooperação judiciária.....	683
1.1. Panorama normativo	683
1.2. Funções no sistema de justiça multiportas.....	687
1.3. Protocolos institucionais.....	688
1.3.1. Compreensão	688
1.3.2. Os protocolos institucionais na teoria das fontes do Direito Processual	690
2. Articulação administrativa.....	691
2.1. Generalidades. O paradigma da articulação administrativa.....	691
2.2. A introdução da figura da decisão administrativa coordenada no ordenamento jurídico brasileiro	693
2.3. Formação compartilhada de precedentes administrativos vinculantes.....	695
Capítulo 31 ► Procedimentos probatórios preparatórios	697
1. Introdução	697
2. Produção antecipada da prova	698
2.1. A produção antecipada da prova no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	698
2.2. Produção antecipada da prova e arbitragem.....	700
3. Elementos probatórios produzidos por comissão parlamentar de inquérito.....	701
4. Inquérito civil.....	703
5. Outros procedimentos administrativos probatórios.....	705
6. Procedimentos probatórios preparatórios e dever de apresentação das provas obtidas	708
Capítulo 32 ► Livre trânsito: trânsito de técnicas e trânsito entre portas	709
1. Livre trânsito de técnicas entre portas de acesso à justiça	709
2. Livre trânsito entre portas	711
3. Conclusões	715
Capítulo 33 ► Tecnologia e justiça multiportas	717
1. Introdução	717
2. Premissas conceituais	719
2.1. <i>Big data</i>	719
2.2. Algoritmo	719
2.3. Inteligência artificial	721
3. Da praça ao átrio: um tribunal digital multiportas.....	722
3.1. Uma nova perspectiva para a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro.....	722
3.2. <i>Application Programming Interface (API)</i> e integração de portas de acesso à justiça	726

4.	Tribunais <i>online</i> . Inteligência artificial e solução de problemas jurídicos.....	727
4.1.	Generalidades	727
4.2.	Aplicações da inteligência artificial no Poder Judiciário	729
4.3.	Inteligência artificial e função decisória. “Tribunais algorítmicos”	731
5.	<i>Online dispute resolution</i> (ODR).....	734
5.1.	Generalidades	734
5.2.	Modalidades de <i>online dispute resolution</i>	736
5.3.	<i>Online dispute prevention</i>	737
6.	A tecnologia <i>blockchain</i>	738
7.	<i>Smart contracts</i>	740
7.1.	Generalidades	740
7.2.	<i>Smart contracts</i> e arbitragem	740
7.2.1.	A tecnologia na arbitragem	740
7.2.2.	<i>Multi-signature address</i>	742
7.2.3.	<i>Blockchain oracles</i>	742
7.2.4.	<i>Crowdsourced arbitration</i>	743
7.3.	<i>Blockchain</i> , <i>tokens</i> e <i>smart contracts</i> nas serventias extrajudiciais.....	745
7.3.1.	O uso da tecnologia <i>blockchain</i> nas serventias extrajudiciais	745
7.3.2.	Tokenização e serventias extrajudiciais	746
7.3.2.1.	Generalidades.....	746
7.3.2.2.	A tokenização e os direitos sobre os imóveis.....	747
7.3.3.	<i>Smart contracts</i> e serventias extrajudiciais	749
7.4.	<i>Smart contracts</i> e autotutela	750
7.4.1.	“Mitos” sobre os <i>smart contracts</i>	750
7.4.1.1.	Relação necessária com o cumprimento totalmente automatizado	750
7.4.1.2.	Eliminação de ambiguidades	751
7.4.1.3.	Eliminação da possibilidade de ocorrência de problemas jurídicos.....	752
7.4.2.	Contribuições dos <i>smart contracts</i> para a autotutela de origem convencional.....	753
8.	Jurimetria e justiça multiportas	754
Capítulo 34	► Negócios sobre o processo de solução de um problema jurídico	759
1.	Notas sobre a relação entre a liberdade e os métodos de solução de problemas jurídicos.....	759
2.	Criação de novas portas de acesso à justiça	762
3.	Interação entre portas de acesso à justiça: os negócios multiportas.....	763
4.	Pacto de <i>non petendo</i> e os negócios multiportas	766
5.	Interpretação dos negócios sobre a solução de um problema jurídico. Negócios de certificação	770
6.	Negócios sobre o modo de solução de um problema jurídico no âmbito do processo administrativo	774

7. Administração judiciária negocial e o Conselho Nacional de Justiça: negócios processuais de administração da justiça	776
7.1. Observação inicial	776
7.2. O Conselho Nacional de Justiça e a cláusula geral de negociação processual do CPC.....	777

Capítulo 35 ► Design de solução de problemas jurídicos..... 779

1. Introdução	779
2. Abrangência do <i>design</i> de solução de problemas jurídicos.....	780
3. Etapas do <i>design</i> de solução de problemas jurídicos.....	781
3.1. Generalidades	781
3.2. Realização do diagnóstico	783
3.3. Definição do modo mais adequado para a solução do problema jurídico	786
3.4. Execução e revisão	789
4. Algumas variáveis relevantes	789

PARTE VII

ENSINO SOBRE O SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIPORTAS NO BRASIL

Capítulo 36 ► Ensino (graduação e pós-graduação) 795

1. Nota introdutória.....	795
2. Panorama do ensino sobre o sistema de justiça multiportas no Brasil.....	796
3. Posição da disciplina <i>Introdução ao Sistema Brasileiro de Justiça</i> na grade curricular na graduação em Direito e relação com outras disciplinas	798
4. Conteúdo da disciplina <i>Introdução ao Sistema Brasileiro de Justiça</i>	800
4.1. Conceitos elementares.....	800
4.2. Características do sistema.....	801
4.3. Modos de solução de problemas jurídicos	801
4.4. Sujeitos do sistema brasileiro de justiça multiportas	801
4.5. Institutos catalisadores do sistema.....	801
4.6. Tecnologia e sistema de justiça.....	802
5. Proposta de disciplina na graduação em Direito	802
6. A disciplina <i>Sistema Brasileiro de Justiça</i> como componente curricular no mestrado e no doutorado em Direito.....	803
7. Conclusões	803

Referências bibliográficas 805

LINHA DO TEMPO I ► Estruturação normativa do sistema de justiça multiportas

Atos normativos gerais (1966-).....	839
-------------------------------------	-----

LINHA DO TEMPO II ► Desenvolvimento jurisprudencial do sistema de justiça multiportas

Decisões STF e STJ (1971-).....	843
---------------------------------	-----

ENUNCIADOS 847